

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
LICENCIATURA EM FILOSOFIA

WAGNER LUIS GOMES

A PROGRESSÃO CONTINUADA DA EDUCAÇÃO: UMA REALIDADE PRÁTICA OU
UMA UTOPIA?

ANÁPOLIS - GO
2023

WAGNER LUIS GOMES

A PROGRESSÃO CONTINUADA DA EDUCAÇÃO: UMA REALIDADE PRÁTICA OU
UMA UTOPIA?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para obtenção do Grau de Licenciado em Filosofia, sob a orientação do Prof. Me. Gessione Alves da Cunha.

ANÁPOLIS - GO

2023

RESUMO

O atual trabalho monográfico, apresentado ao Centro de Estudos da Arquidiocese de Ribeirão Preto, como exigência parcial para a conclusão do curso de Filosofia, tem por finalidade refletir sobre a educação nos dias atuais, a partir dos parâmetros pedagógicos, metodológicos, didáticos, econômicos, etc. Tendo isso em vista, este trabalho objetiva-se encontrar caminhos para suprir as deficiências do sistema de ensino, sobretudo a partir da Progressão Continuada, levando em consideração os desafios que ela apresenta.

Palavras-chave: Educação; Progressão Continuada; Ensino.

Abstract

The current monographic work, presented to the Center of Studies of the Archdiocese of Ribeirão Preto, as a partial requirement for the completion of the Philosophy course, aims to reflect on education in the present day, from the pedagogical, methodological, didactic, economic, etc. With that in mind, this work aims to find ways to overcome the deficiencies of the education system, especially from the Continued Progression, taking into account the challenges it presents.

Keywords: Education; Continued Progression; Teaching.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....	06
1. A EDUCAÇÃO E SEUS SIGNIFICADOS.....	06
1.1. O QUE É A EDUCAÇÃO.....	06
1.2. EDUCAÇÃO INFORMAL E FORMAL.....	07
1.3. O ESTADO E A ESCOLA: FATORES INDISPENSÁVEIA PARA A EDUCAÇÃO.....	10
2. PROGRESSÃO CONTINUADA DA EDUCAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	14
2.1. PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	14
2.2. O QUE É PROGRESSÃO CONTINUADA.....	16
2.3. A PROGRESSÃO CONTINUADA E SEUS FUNDAMENTOS LEGAIS.....	18
2.4. OBJETIVOS DO REGIME DE PROGRESSÃO CONTINUADA NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	19
3. A PROGRESSÃO CONTINUADA DA EDUCAÇÃO: UMA REALIDADE PRÁTICA OU UMA UTOPIA?.....	21
3.1. UTOPIA E SEU CONCEITO.....	21
3.2. PROGRESSÃO CONTINUADA, TEORIA VÁLIDA VERSUS RESULTADO UTÓPICO.....	22
3.3. A EDUCAÇÃO RUMO A UM ENSINO CONSISTENTE.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	27

Introdução

Responder como está a educação hoje é uma ousadia, pois sabemos que esta, passou e continua a passar por sérios problemas, tais como metodológico, pedagógico, didático, financeiro e tantos outros, não nos esquecendo que estamos tratando da educação pública.

Nas escolas, as histórias são sempre as mesmas, alunos fora da sala de aula, excesso de faltas, grandes percentuais de repetência sendo essa, uma grande responsável pela desmotivação de tantos alunos que sentem inferiores por repetirem uma série.

É exatamente este ponto, o qual, será o objeto principal de discussão desta pesquisa, tentando responder ou achar uma solução para que esse problema seja solucionado, ou ainda apontar caminhos para que a educação encontre uma luz para suprir sua deficiência. A culpa é do Governo? Dos alunos? Dos professores? Da sociedade? Ou ninguém tem culpa?

Como um caminho para este problema, temos a Progressão Continuada da Educação, que vem sob a forma de tirar o fantasma da repetência das escolas públicas do Estado de São Paulo, e dar ao aluno o direito de não mais se sentir discriminado ou atrasado.

Mas surge neste método um problema, o qual sua teoria é fantástica, mas não compreendida, ou melhor não organizada na sua prática. Vimos este método no ensino, como utopia, da qual é preciso lutar, arregaçar as mangas para chegar ao ideal, que é uma prática eficiente, duradoura e competente para que a educação aconteça de fato. A Progressão Continuada da Educação é uma solução em meio a tantos problemas ou é mais um problema para a coleção de tantos?

1. A educação e seus significados

1.1. O que é Educação

Ao pronunciarmos o termo educação, é importante apontarmos primeiramente para o fato de que não existe uma única forma de educação, e ainda que seja de nosso costume pensar de tal forma, a escola também não é o único lugar onde a educação acontece. Assim vemos que em mundos e situações diversas a educação aparece de diferentes formas, com diferentes métodos; diferentes finalidades e diferentes conteúdos.

Para melhor entendermos esses vários mundos podemos citar as sociedades tribais de indivíduos caçadores, agricultores ou pastores nômades, em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados, em sociedades com estados ou sem estado, enfim a educação aparece às vezes de modo muito diverso nesses diferentes contextos.

A educação existe em cada povo e o mesmo pode se submeter e dominar outros povos usando dela como munição do seu dominar e desse modo pode servir de arma para que o homem se aposses de outros homens.

É importante para o nosso entendimento, classificar dois tipos de educação: livre e imposta tomando por base sua força de coesão social (RODRIGUES, 1981, p. 27). Por educação livre, entendemos aquela que pode existir livremente nos meios sociais e pode ser vista como uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum o saber, o como trabalhar e como deve ser a sua vida entendendo tudo aquilo que é comunitário como um bem. Contudo ela pode ser também imposta por um sistema centralizado de poder, levando assim um controle do saber gerando a desigualdade e a divisão dos próprios homens.

Observamos a força da educação quando esta participa do processo de produção de qualificações e especialidades, crenças e ideias que envolvem os bens e poderes que formando um conjunto de sociedades e para a formação e sustentação dessa sociedade a educação tem como principal meta dotar o indivíduo de ferramentas culturais capacitando o impulso das transformações materiais da sociedade. O homem que até então não se concebia dominador da natureza, descobre através da educação um crescimento no seu poder sobre a mesma. Convém lembrar ainda que o homem através da educação torna capaz de relacionar-se, de sair fora de si, crescer diante de um mundo que até então era pequeno. "Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipótese sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções" (FREIRE, 1983, p. 30). Ela deve estimular a criatividade e as habilidades do homem levando-o a conscientização do seu poder de ação e transformação.

1.2. Educação Informal e Formal

Notamos que a discussão acerca da educação é ampla e extensa, assim como também o são suas definições de tal modo que podemos também classificar em dois tipos: informal e formal, de acordo com seu grau de participação sistemática na sociedade. A educação não se dá somente de uma forma, mas sim de várias maneiras diferentes. A educação informal é aquela não-intencionada ou funcional, estruturada em parâmetros não escolar. Esse tipo de educação é

bastante comum no homem primitivo, onde suas técnicas, seus ensinamentos eram passados de pais para filhos, dos mais experientes, para educar observavam e reproduziam as experiências vividas das gerações mais velhas.

O homem usava unicamente da educação informal, pois nas suas sociedades não existia a situação propriamente escolar para transmitir os ensinamentos do saber tribal dos quais podemos citar a produção de arcos, flechas, recitação de suas rezas etc. Todas essas técnicas eram ensinadas, transmitidas aos jovens e crianças informalmente, subjetivamente, pois “ a sabedoria acumulada do grupo social não 'dá aulas' e os alunos, que são todos os que aprendem, não aprendem na escola” (RODRIGUES, 1981, p. 18).

Tudo que se sabe e se vive nessas sociedades se conseguem pela vivência de diferentes situações de trocas entre pessoas. A convivência é o instrumento principal, onde o saber flui e a partir daí, nasce a ocasião onde aquele que sabe faz, como modelo, para quem não sabe e este que não sabe, por sua vez, aprende observando o modelo. Um elemento essencial para acontecer esse tipo de educação é o fator natural onde as crianças observam, imitam e por isso aprendem pelo fato simplesmente de ver e fazer a coisa. Esse modelo foi historicamente denominado da educação por imitação. Olhando um pouco para as cidades antigas, seus surgimentos, seus costumes, enfim, sua formação como um todo, percebemos essa forma de educação como predominante na vivência de seus indivíduos. É o que observamos, por exemplo, na forma como se dava à religião desses povos. Vemos que cada família possuía um deus o qual tinha como objetivo cuidar e proteger os membros da mesma, e o que é mais importante, os deuses não se repetiam, portanto, cada família possuía o seu deus. Estamos nos referindo à "religião doméstica", predominante nas civilizações pré-gregas como a micênica e a cretense (RODRIGUES, 1981, p. 29).

Com isso os filhos já cresciam aprendendo com o pai, a professar e cultuar aquele determinado deus, o qual era o responsável pela proteção da sua família e a ele era também passada a maneira de como viver em meio aquele povo que rodeava a sua família e a praticar as técnicas do mesmo modo como seus pais faziam.

A vida cotidiana das cidades antigas nos faz compreender também como se daria sua forma de educação, ou seja, a passagem-transmissão de ritos, técnicas, costumes de pai para filho constituía-se literalmente no que chamamos de ensinar, educar, instruir esse pequeno

homem para que daí a alguns anos ele pudesse substituir seu pai, passando então, a dirigir e instruir também sua própria família.

Dessa forma, podemos ver em tais práticas o surgimento do ensino, ou seja, o pai transmite para seu filho o como deve proceder no meio em que está vivendo, como praticar as técnicas da sua comunidade e nessa troca de ensinar, que é uma função exercida pelo pai, e de aprender, onde o filho que observa capta as instruções de seu pai, surge então o ensino. Isso pode acontecer também nas sociedades atuais. As crianças ao entrarem em contato com as outras pessoas mais velhas, que sabem fazer determinadas coisas, as observam e passam a fazê-las da mesma forma sem terem tido, necessariamente, algum tipo de contato com professores, no sentido formal do termo.

A educação formal é aquela intencionada, institucionalizada, objetiva que acontece prioritariamente inserida dentro de um sistema, e de tal forma que todas as suas ações, medidas e resultados são medidos de forma qualitativa e quantitativa pelo sistema social. A educação intencionada é aquela que pode ser definida como um conjunto coerente de ações orientadas para uma construção ou transformação duradoura de comportamento no sujeito. Contudo vendo um pouco a educação intencionada podemos dizer que a educação formal pode ser caracterizada como ponto de máxima sistematização da educação intencionada.

A educação formal consiste na vontade ou no propósito de educar ou de se educar e ao afirmarmos isso, admitimos que se encontra na educação formal uma relação entre a ação do educador e a aceitação do educando sobre o que se pode formar e educar. Podemos ainda afirmar que essa educação é consciente, metódica e sistemática e portanto, a acentuação destas características pode fazê-la chegar a uma forma institucionalizada, a escola cuja origem remonta a formalização da arte de saber e ensinar através de uma pedagogia. É importante fazermos uma diferenciação entre educação, escola e pedagogia.

Educação não é a mesma coisa que pedagogia, ao passo que pedagogia, *Paidagógos* em grego, referia-se primeiramente ao escravo encarregado de conduzir a criança até o ginásio e posteriormente passou a referir-se à reflexão sobre a arte de ensinar, a educação jamais foi reflexão mais sim uma prática, uma atividade social, porque não dizer uma ação que acontecia na sociedade. Etimologicamente, o termo educação provém do latim *e-ducere* que significa para fora e caracteriza uma ação cuja participação do educando constitui-se como necessidade. A

educação se põe na linha da existência, da formação da personalidade, nas atividades escolares, no instruir, conclui-se então que a educação é uma prática.

Presumivelmente a problemática entre educação e pedagogia, se encerra se constatarmos que a educação pode ser entendida como prática, ao passo que a pedagogia deve ser entendida como uma reflexão, uma teorização ou um conhecimento. No aspecto etimológico do termo pedagogia "*agogos*" é derivado do verbo conduzir, portanto a "*paidagogia*", converte-se no saber ou na arte de instruir o saber (FULLAT, 1995 p. 27). A *paidagogia* se dava como conhecimento das técnicas educacionais e da arte de pô-las em prática. Portanto a *Paidagogia* é posterior a educação e nasce do intuito de encontrar esquemas mentais inter-prestativos da ação educativa.

Por fim, com os Pitagóricos nasceram as primeiras escolas, ou seja, o local onde a educação já institucionalizada acontecia. A história refere-se aos Pitagóricos como uma comunidade educativa que se distinguia das demais pela sua intencionalidade, ou porque não dizer, pela sua organização que resulta dessa própria intencionalidade.

Vemos, portanto, que se a educação refere-se a prática de ensinar e aprender e a pedagogia constitui-se na teorização ou reflexão sobre esta prática, a escola por sua vez é o local onde ambas atingem seu grau máximo de organização e intencionalidade transformando-se então em instituição a qual denominamos, pela sua finalidade, como instituição educacional (FULLAT, 1995, p. 29).

1.3. O Estado e a escola: fatores indispensáveis para a educação

Vemos através da história que com o passar do tempo o homem que vivia em condições primitivas descobre outras formas de trabalho e vai se dividindo. Com isso gera as hierarquias sociais e acompanhando essa transformação, o saber, que até então era comum nas tribos, também passa a se dividir e a se hierarquizar. Notamos que essa sociedade ao se separar aos poucos se opõe, e gera a necessidade de saber e ensinar. Podemos afirmar que é nesse ponto que a educação se transforma definitivamente em ensino, arrastando consigo para essa nova forma de educar-se a presença de uma nova pedagogia e tudo aquilo que até então se praticava na aldeia de todos para todos nos moldes da educação por imitação, agora se resume na escola dando origem juntamente com essa nova visão ao educador e ao educando. A escola é o espaço onde acontece a educação formal sistematizada, constitui-se de uma comunidade reunida para a transmissão e a recepção do saber.

Para a escola ser necessariamente o que é, é preciso o contato de dois grupos importantes: o primeiro é o profissional com funções pedagógicas as quais o capacita a transmitir o saber; o segundo são os indivíduos, imaturos em tudo ou em alguns aspectos de seu desenvolvimento pessoal aptos a aprender o que lhes é proposto. Portanto, o primeiro detém o papel de instruir, inculcar o saber enquanto que ao segundo cabe o papel de absorver em si esse mesmo saber.

Tal definição mesmo parecendo ser tão clara e exata é causadora de inúmeras controvérsias. A maior parte das correntes pedagógicas contemporâneas, as quais concebem a educação como processo social, optam por definições do tipo sociológicas cujo objetivo central é informar a relação entre a escola enquanto grupo social exclusivo, e a sociedade onde ela se inclui.

Nesse modo de percepção a escola é constituída de educadores e educandos, ambos abarcados por uma ordem social e cultural superior à imagem da qual a própria escola constitui-se e funciona. Os professores mostram as forças culturais e sociais da comunidade onde estão inseridos, porém o conteúdo e a forma da educação devem estar de acordo para e com a cultura desta mesma comunidade.

Podemos assim dizer que o papel da escola é levar as gerações novas a tomarem consciência e aprenderem sobre suas histórias sociais e absorver os recursos herdados da humanidade e da comunidade a qual pertencem, e através de suas capacidades pessoais renovarem e ampliarem esses patrimônios com fins sociais. A função da escola é, portanto, reproduzir e renovar a cultura, esta mesma que muitas vezes é desviada e violada pelos meios sociais e políticos.

A educação formal, portanto, acontece sobretudo na escola a qual pode ser definida como uma instituição nascida do desejo e da necessidade de institucionalização de uma prática social, na qual se insere de forma intrínseca as relações de ensino e aprendizagem.

Desse modo vemos que a escola, por ser formal e institucional, caminha sob as normas e regimentos de outra instituição ainda maior e mais complexa, o Estado, o qual tem um papel proeminente na educação. Todas as discussões acerca do cidadão e das condições da cidadania são expressas a nível jurídico e político dentro de um Estado cuja finalidade primordial constitui-se em promover o bem-estar e a qualidade digna de vida para os cidadãos o que não ocorre se não obtivermos nesse contexto instituições (escolas) que formam e conscientizam as pessoas levando-as a uma tranquila vivência social.

A historiografia nos mostra a importância histórica do surgimento da escola na vida do homem. Para chegar a ser o que é hoje a escola passou por um longo processo histórico, que vai desde as primeiras manifestações acerca de uma educação regular, quando essa ainda era função das famílias e das comunidades nas quais surgiram e se resumia na preparação para a guerra ou até mesmo para os ritos praticados em cada tribo, até a sua forma mais elaborada nos dias atuais, materializados nos complexos sistemas educacionais das redes públicas e privadas do ensino.

Mesmo prevalecendo um caráter não institucional, tanto a educação grega quanto à romana mantinham o tipo de educação que favorecia seus estamentos sociais. Foi em Roma, na época do império que a educação constitucionalizada atingiu sua forma definida, com a separação da função formativa, ainda pertencendo à família, da função informativa, confiada a partir daí a um grupo de profissionais reunido em um núcleo educador específico. Percebe-se a partir de então a criação ou surgimento das primeiras escolas municipais que se tornaram um dos mais poderosos instrumentos da romanização.

No período medieval, com o poder e a expansão do cristianismo, o surgimento das escolas monásticas e catedrais cuja função primeira era a formação de monges e clérigos, também não se firmava somente na formação destes, mas ainda na formação das classes sociais superiores.

Nos séculos VII e IX, acionadas por Carlos Magno surgem as escolas paroquiais e municipais abertas a todo povo. Não existiram por muito tempo, mas não deixaram de ser um exercício prévio do que mais tarde viria a ser as nossas escolas públicas, porém as instituições escolares somente irão estruturar-se verdadeiramente nas Universidades Medievais.

Na modernidade surge um novo tipo de instituição educadora chamada de "colégio humanista" destinado a adolescentes e jovens. Essas escolas têm um importante papel na história da educação, pois, com o advento da Reforma Protestante elas são estruturadas como escolas públicas primárias.

A Reforma Católica ou Contra Reforma com o Concílio de Trento marcou profundamente a história das instituições escolares, pois um de seus desdobramentos foi a fundação da Companhia de Jesus por Inácio de Loyola, a qual nasceu com objetivos delimitados e bastante claros.

Na Europa, pretendia a Companhia de Jesus combater (até mesmo militarmente) os avanços do protestantismo e as heresias sobretudo com a reativação dos tribunais da inquisição.

Tais objetivos, contudo, diferiam daquele estabelecidos para o restante do mundo, os quais se resumiam na conversão dos pagãos ao cristianismo, dentre os quais, os índios do novo mundo foram as maiores vítimas.

Foi especificamente através do agir educativo da Companhia de Jesus, dos quais os colégios tinham um irreparável avanço pedagógico, que se foi anunciado o que futuramente viria ser a educação integral e educação personalizada. Assistiam não só a educação dos alunos, mas uma série de outros fatores importantes na vida do indivíduo, tais como educação física, estética, moral e religiosa dentre outros e com isso passavam a conhecer pessoal e profundamente o aluno, analisando quais os melhores critérios para orientar e desenvolver de acordo com suas potencialidades e aptidões.

Um outro fator importante na história da educação e da escola, e a intervenção do estado sobre elas, com isso atribui-lhes a ideia de que a ele pertencem, com função primordial de garantir os meios de acesso as culturas. A partir desse momento, nasce então a educação pública estatal, ou porque não dizer a educação institucionalizada sujeita aos fins do estado ministradas em escolas públicas ou oficiais.

A Revolução Francesa teve também o seu papel no sentido de que toda a transformação social e política abre as portas para uma nova visão de educação, uma educação nacional, derrubando assim a influência da igreja sobre ela e elevando a do estado. A partir de então o ensino primário passa a ser obrigatório e gratuito, mas é somente no século XIX que a educação nacional se desenvolve e se organiza na chamada: escola primária, universal, gratuita e obrigatória.

Nas escolas secundárias notou-se um desenvolvimento proporcionalmente menor, e ainda assim eram frequentes quase unicamente pela burguesia para uma preparação para as universidades. E importante ver que a intervenção do estado sobre as escolas nesse período não se dá da mesma forma em toda parte. Em alguns países as escolas ficavam totalmente centralizadas na mão do estado (França), já em outros o município é quem detinha o poder sobre as escolas (Alemanha), noutros ainda perderam a chamada autonomia escolar (Inglaterra). Essas instituições entram em ação justamente na efetivação dos direitos aos quais se referem a cultura, o ensino e outras medidas de uma determinada sociedade.

Para que o ensino aconteça nas escolas de maneira correta e tranquila compete ao Estado primordialmente regular e coordenar as aspirações e interesses particulares, levando em conta o bem comum. É a partir deste ponto que podemos perceber que a existência de escolas públicas, particulares e cooperativas decorre de uma certa concepção da função educativa do Estado garantindo o direito de aprendizagem para todo cidadão.

Tivemos uma análise acerca da escola, o papel do estado para sua vivência, garantia, funcionamento e acima de tudo para o desenvolvimento do ensino nessas instituições as quais conhecemos por escolas.

O sistema educacional é dividido em níveis, dos quais pode se caracterizar de duas maneiras: A educação básica, formada pelo ensino infantil (que compreende de 0 a 6 anos), o ensino fundamental, o qual se divide em dois ciclos (I, da 1ª a 4ª série e II, da 5ª a 8ª série) e o ensino médio, que compreende da 1ª a 3ª série do ensino médio. E a educação superior, composta pela graduação e pós-graduação, sendo a segunda, dividida em *latu sensu* e *strictu sensu*. Vemos desta forma, a caracterização do sistema educacional (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 24).

2. Progressão Continuada da educação no ensino fundamental

2.1. Pressupostos da Educação Pública

Para que tal organização aconteça na relação entre Estado e escola, encontramos os regimentos escolares, que vão ditar os meios e as regras para o ensino, desse modo podemos entender que o regimento é:

Um ato normativo da situação interna de um órgão, designado à categoria, à finalidade, à estrutura e unidades organizacionais especificando as expectativas competências, definindo as atribuições de seus dirigentes e indicando seu relacionamento interno e externo (RAMA, 1987, p. 51).

O regimento escolar caracteriza-se por disciplinar toda a organização e desenvolvimento da escola, garantindo-lhe a independência que a Lei nº 5692/71 lhe prestou, sua elaboração deve inspirar-se nos princípios da abrangência, da organicidade, da integração, da flexibilidade e da realidade principalmente sua operacionalização, deve se fazer através do plano escolar. Tivemos uma análise acerca da escola, o papel do Estado para sua vivência, garantia, funcionamento e acima de tudo, para o desenvolvimento do ensino dessas instituições as quais conhecemos por escola.

Ao apresentar as divisões dos níveis de educação, a LDB aponta também suas finalidades. A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação necessária para que o indivíduo progrida no trabalho e nos estudos posteriores (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 24).

Por sua vez, a educação infantil inserida dentro do ensino, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. O ensino fundamental, com duração mínima de 8 anos, tem por objetivo, a formação básica do cidadão capacitando de uma maneira mais exigente, a formação básica do cidadão e na etapa final da educação básica, temos o ensino médio, com duração mínima de 3 anos, que tem como finalidade, a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos, à preparação básica o trabalho e cidadania do educando, o aproveitamento do cidadão como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, e por fim a compreensão, dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 30-31).

A educação superior tem como finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, formar diplomados nas áreas de conhecimentos, aptos para a inserção em setores profissionais, promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais e promover a extensão, aberta a participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 33-34).

Vimos os vários níveis de educação, dos quais cada um apresenta uma função específica na educação. Nesses níveis que acabamos de conhecer, os candidatos são acompanhados pelos seus respectivos professores através das aulas ministradas, os trabalhos e as avaliações aplicadas durante os quatro bimestres do ano, sendo dois bimestres em cada semestre, e se os candidatos não atingissem a média exigida não obteriam a promoção para a série seguinte, perdendo um ano em sua trajetória escolar.

Era também avaliado a ausência e presença do aluno. Contudo o aluno que não atingisse a média era visto como não capacitado para dar continuidade nos seus estudos, por isso teria que refazer a mesma série e nela se preparar melhor, e depois de um ano, isto é, se conseguisse novamente a média exigida, poderia então continuar os estudos. Este sistema perdurou por vários anos.

A questão da reprovação sempre se mostrou uma grande problemática acerca da sua colaboração ou não para o aluno. Para muitos profissionais na área da educação, a reprovação é justa, pelo fato de que nem o aluno nem a sociedade estarão enganados. Se o indivíduo não sabe, justamente não deve passar de série e, com isso, a sociedade também não sofrerá danos, há nesta questão esse contexto ético, e o aluno não deve também de hipótese alguma ser "*ser empurrado com a barriga*", como ouvimos em algumas expressões populares. Por outro lado, vemos também o peso da reprovação, onde percebemos que esta questão deve ser repensada, na busca de uma educação de qualidade, para que o aluno se torne um sujeito qualificado e capacitado para enfrentar as exigências da sociedade.

Com isso que nos é apresentado, a reprovação deve ser superada por inúmeros motivos e um deles é o que venha ser o fator da discriminação, ou seja, socialmente a escola serve na colaboração da marginalização em amplos setores das camadas populares (VASCONCELLOS, 1993, p. 83), mas aqueles que são reprovados nas suas respectivas séries saem dela com a consciência de que são incapacitados, porque não dizer incompetentes.

Um outro fator visível é a incompreensão do sentido da avaliação, onde o aluno fica preocupado somente com as notas que deve tirar para alcançar a média (VASCONCELLOS, 1993, p. 84) e não em absorver a matéria contribuindo para o seu conhecimento e a legislação dá poder a escola e ao professor de reprovar o aluno, portanto esse, tem que tirar nota para obter a sua aprovação. Com vista, nessa problemática acerca da reprovação, vemos que o importante não é simplesmente a avaliação, mas o compromisso com a aprendizagem do aluno, nota-se a necessidade não de notas, de pontos de participação, mas sim de uma forte ajuda para que este, venha a saber de fato.

Portanto, aquilo que vinha a ser bom (a reprovação), na visão de muitos, não ajuda no aprender e deve então ser repensado, estudado e discutido sob uma nova forma que supere essa aniquilação que é a reprovação.

2.2. O que é a Progressão Continuada

Em relação ao ensino, sempre estivemos informados das tantas dificuldades encontradas e a grande procura de soluções viáveis para a suposta melhoria deste ensino. É nesse sentido que vamos discutir uma proposta de solução para tentativa de melhorar o ensino, sobretudo no nível do ensino fundamental: A Progressão Continuada.

A progressão continuada prevista na LDB 9394/96 e regulamentada pela Lei Estadual nº 10.403 de 06 de julho de 1971, surge verdadeiramente como algo para solucionar parte desses inúmeros problemas que norteiam a educação no Brasil, e surge com a responsabilidade de contribuir, para apurar e garantir o acesso de crianças na escola e essa proposta vem ainda mostrar que é indiscutivelmente necessária uma mudança na avaliação de aprendizagem. Devido ao exemplo de outros países é que surge a ideia da introdução da progressão continuada em nosso sistema educacional, ao longo dos oito anos do ensino fundamental.

Essa nova proposta vem no sentido de ampliação dos ciclos em duas principais etapas, de 1ª à 4ª série e de 5ª à 8ª série, portanto, no final de cada curso os alunos são submetidos a uma avaliação, mas diferente daquela que encontrava-se anteriormente à progressão, cuja função era a retenção do aluno caso este, não atingisse a média. A proposta da Progressão Continuada é um novo enfoque sobre a avaliação sobre a função de observar o aluno, apurar suas condições intelectuais para a partir daí tomar as providências necessárias deixando de lado a situação de repetência. Os especialistas do ensino afirmam que a repetência no ensino causava no aluno um sentimento de inferioridade e isso causaria sem dúvida, um prejuízo na formação como pessoa, como trabalhador e ainda como cidadão.

A questão de repetência contribui somente para com a má formação do aluno enquanto indivíduo, como também contribui para que cada aluno reprovado se torne um capital perdido que durante o ano todo foi investido no mesmo.

Com isso, encontra-se no antigo sistema de educação um grandioso prejuízo anual com as repetências, recurso este que poderia ser usado na melhoria da educação e não na aniquilação da mesma. Sabemos também que a educação contribui para o crescimento econômico do país e por isso deve ser bem-vista e aplicada aos alunos que futuramente serão os dirigentes dessa sociedade, contudo a Progressão Continuada surge para a contribuir com a inovação relevantemente positiva na história da educação do Estado de São Paulo, pois nasce a Progressão Continuada sob a forma de "*varrer*" a pedagogia da repetência e para incutir na educação um conceito de aprendizagem progressiva e continuada.

2.3 A Progressão Continuada e seus fundamentos legais

O conselho estadual de educação, com fundamento no artigo 32 da lei federal n° 9394, de 20 de dezembro de 1996, no artigo 2° da lei estadual n°10403 de 6 de julho de 1971 e na sua indicação CEE (Conselho Estadual de Educação) n°08/97 delibera e apresenta a nós um novo sistema incutido na educação estadual, que seria nos apresentada como Progressão Continuada da Educação no ensino fundamental com a duração de oito anos.

Encontra-se na Lei 9394/96 a instituição no sistema de ensino do Estado de São Paulo, e também no decorrer do seu texto, uma explicação mais detalhada sobre a Progressão Continuada.

O regime pode ser organizado não só em um, mas em vários ciclos, se caso houver uma opção por mais ciclos, deve ser tomada as providências necessárias para que a transição de um ciclo para o outro, aconteça de forma que prevaleçam as garantias da Progressão Continuada.

É tratado também, a questão da garantia que a Progressão Continuada deverá constar como objeto de recuperação contineira e paralela, a partir de resultados periódicos e parciais se necessário no final de cada período letivo.

O texto da LDB acerca da Progressão Continuada, ao longo de seus parágrafos vem apresentar ao ensino que a idade referencial para a matrícula inicial no ensino fundamental passa a ser de 7 anos. Esta questão da idade do ensino aparece bastante exigida na Progressão Continuada ao que se refere aos alunos transferidos ou vindos de fora do sistema de ensino estadual será feito tendo como referência a idade, e ainda, a avaliação dos mesmos será exigida sob o fundamento nos conteúdos mínimos obrigatórios, nas diretrizes curriculares nacionais e na base nacional comum do currículo, realizado somente por professores designados pela direção da escola a qual indicaria a necessidade ou não de eventuais estudos, de aceleração ou adaptação, mantida preferencialmente à matrícula no período adequado em função da idade.

Ao aplicar ou não a avaliação para esses alunos poderá ocorrer a constatação de que, deverá ser obrigatoriamente proporcionada pelas redes públicas de ensino fundamental.

O projeto educacional do regime Progressão Continuada, deverá especificar, entre outros aspectos mecanismos que assegurem:

I - Avaliação institucional interna e externa. II - Avaliações de aprendizagem ao longo do processo, conduzindo uma avaliação continua e cumulativa da aprendizagem do

aluno de modo a permitir, a apreciação do seu empenho em todo o ciclo. III - Atividades de reforço e recuperação paralelas e contínuas ao longo do processo se necessários ao final de ciclos ou nível. IV - Meios alternativos de adaptação de reforço, de classificação, de avanço, de reconhecimento, de aproveitamento e de aceleração de estudos. V - Indicadores de desempenho. VI - Controle da frequência dos alunos. VII - Continua melhoria do ensino. VIII - Forma de implantação, implementação do projeto e avaliação do projeto. IX - Dispositivos regimentais adequados. X - Articulação com as famílias no acompanhamento do aluno ao longo do processo, fornecendo-lhes informações sistemáticas sobre frequência e aproveitamento escolar. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1997, p. 3)

Nos parágrafos do terceiro artigo da Deliberação CEE N°09/97, vemos que:

§1 - Os projetos educacionais da Secretaria Estadual de Educação e das instituições de ensino que contem com supervisão delegada serão apreciados pelo Conselho Estadual de Educação. §2 - Os projetos educacionais dos estabelecimentos particulares de ensino serão apreciados pela respectiva Delegacia de Ensino. §3 - Os estabelecimentos de ensino de municípios que tem organizado seu sistema de ensino terão seu projeto educacional apreciado pelo respectivo conselho de educação devendo os demais encaminhar seus projetos a apreciação da respectiva delegacia do estado. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1997, p. 4).

Segundo o CEE (1997, p. 4), artigo 4º, com o fim de garantir a frequência mínima de 75% por parte de todos os alunos, as escolas de ensino fundamental devem, além daquelas a serem adotadas no âmbito do próprio estabelecimento do ensino, tomar as seguintes providências:

I. Alertar e manter informado os pais quanto as suas responsabilidades no tocante a educação, ver nos seus filhos inclusive no que se refere a frequência dos mesmos. II. Tomar providências cabíveis no âmbito da escola junto aos alunos faltosos e respectivos professores. III. Encaminhar a relação dos alunos que excederem o limite de 25% de faltas as respectivas delegacias de ensino para que estas solicitem a devida colaboração do Ministério Público, dos conselhos tutelares. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1997, p. 4-5).

Ainda, segundo a Deliberação CEE N°09/97:

Artigo 5º - Cabe a supervisão de ensino do sistema orientar e acompanhar a elaboração e a execução da proposta educacional dos estabelecimentos de ensino, verificando periodicamente os casos especiais previstos nos parágrafos 2º e 3º do artigo 2º (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1997, p. 5).

Esta Deliberação entrou em vigor na data de sua homologação e publicação. E, portanto, podemos verificar o fundamento legal do regime de Progressão Continuada no ensino fundamental e essa Deliberação Homologado por Resolução da Secretaria Estadual, de 04/08/97 publicado no Diário Oficial do Estado em 05/08/97, pp. 12/13.

2.4 Objetivos do regime de Progressão Continuada no ensino fundamental

A discussão sobre a Progressão Continuada já existe no Brasil a mais de cinquenta anos como proposta de implantação do modelo de Progressão Continuada inglesa cujo objetivo seria o de substituir a reprovação. As primeiras tentativas dessa implantação datam de 1968, quando aconteceu a 1ª reforma do ensino primário. É importante dizer também que a progressão continuada não surge somente em 1998, ela já havia sido implantada em 1992 na cidade de São Paulo pelo educador Paulo Freire quando foi secretário da educação.

No Estado de São Paulo, ela foi instituída em 1998 no governo Mario Covas pela Rose Neubauer secretária da educação. O conceito de Progressão Continuada traz em seu projeto outros conceitos e objetivos dos quais podemos destacar o novo tratamento dado ao processo de avaliação da escola com a função de transformá-la em um instrumento guia, essencial para a observação da progressão do aluno.

A Avaliação passa com esse objetivo a ter um sentido diferente do usado anteriormente, ou seja, passa a ser considerado o progresso do aluno e não mais o predomínio de uma seleção causada pela repetência. A progressão deve ser entendida como um mecanismo eficaz, com o único objetivo de igualar a realidade do fator pedagógico à realidade dos alunos e não como forma única e artificial de empurrar os alunos para as séries ou etapas seguintes.

Um dos principais objetivos no novo regime é a clara substituição dos sentidos reprovação e aprovação, tão comum na história do nosso ensino, pelo conceito de aprendizagem. Muda também, a partir de então, o papel do professor, o qual não seria menos importante agora, ao contrário, terá aumentada sua responsabilidade como mestre, passando agora a zelar pela garantia da aprendizagem do educando. Assim afirma Neubauer (20--?, p.4): “O aluno não vai à escola para tirar notas, vai para aprender, para crescer, para se desenvolver”.

Para o professor, não basta mais só ensinar, sua função agora será de levar o aluno a aprender, a se instruir.

Enfim vemos a progressão continuada como mais um dos dispositivos que incentiva as escolas a concretizarem propostas pedagógicas que caminham rumo a superação da cultura da repetência. Hoje as escolas já dispõem de condições favoráveis e adequadas para a implementação do regime de Progressão Continuada, como prova disso vimos que nos últimos três anos, a Secretaria da Educação promoveu a reorganização à rede física, aumentou o número de horas para os alunos nas maiorias das escolas, propiciou a existência de coordenadores pedagógicos e de Horas de Trabalho Pedagógicos (HTP) em todas as unidades escolares, de

modo a consentir a avaliação sistemática do desempenho dos alunos, oferecendo-lhes a oportunidade de recuperação contínua sempre que necessário.

Cabe a escola favorecer a progressão bem-sucedida, assegurando atividades de reforço e recuperação aos alunos com dificuldades de aprendizagem, mediante novas e diversificadas oportunidades para o processo de apropriação e construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades básicas.

3. A Progressão Continuada da educação: uma realidade prática ou uma utopia?

3.1. Utopia e seu conceito

O homem, no decorrer de sua vida, encontra vários problemas, aos quais muitas vezes são transferidos para uma realidade utópica, ou melhor, faz de muitas coisas que corresponde sua vida uma utopia.

Mas o que é de fato uma utopia? O termo utopia foi criado por Tomas Morus que usou para designar a ilha perfeita, ou cidade imaginária a qual funcionaria na mais perfeita harmonia.

Publicado em Lovaina, precisamente no ano de 1516, o texto teve uma grande repercussão, fazendo com que a utopia passasse paulatinamente a caracterizar, não só as obras de expressão utópica, mas toda a literatura de reflexão acerca desse fenômeno. O termo "*utopia*", significa em grego "*em lugar nenhum*", tradução da qual, um sonho ainda não realizado.

A utopia recuperou o seu sentido sociológico, com o advento da tão famosa, Revolução Industrial no século XIX, onde levou à miséria amplas camadas da população, de maneira que apareceram inúmeros sistemas, visando uma organização na sociedade afetada que permitisse evitar o mal (ENCICLOPÉDIA BARSA, *s.d.*, p. 414).

E é na França, que surgem as utopias denominadas sociais, e uma grandiosa e duradoura influência. A instância utópica também se faz presente e operante no socialismo científico, cuja função é uma tensão permanente visando uma liberdade total.

Partindo das suas variações semânticas ao decorrer da história, podemos caracterizar a utopia como forma de pensamento político e social ao que se alia à crítica, à criatividade, à reflexão ao imaginário, à razão, à esperança (ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE

FILOSOGIA LOGOS, *s.d.*, p. 369). “O pensamento utópico é portador de aspirações e esperanças, ‘é agradável imaginar’” (KANT, *s.d.*, p. 370).

Os textos dos quais podemos chamar utópicos, não são somente um meio de fugir de uma realidade, mas um meio forte de despertar e mobilizar a consciência crítica para a relativização do falso absoluto das ideologias.

Seria perigoso deixar de reconhecer que o apelo à utopia não passa muitas vezes de pretexto cômodo para quem se quer esquivar às tarefas com críticas e refugiar no imaginário... Entretanto é necessário reconhecê-lo, esta forma de crítica da sociedade existente, que provoca muitas vezes a imaginação perspectiva para, ao mesmo tempo, perceber no presente o possível ignorado, que aí se acha inscrito e par a orientar no sentido de um futuro novo, ela apoia deste modo, a dinâmica social, pela confiança que dá às forças inventivas do espírito e do coração humano; e, se ela não rejeita nenhuma abertura, ela pode encontrar também, o apelo cristão. (PAULO VI, 1971, p. 13-14).

Diante de uma discussão filosófica acerca da utopia, podemos afirmar, assim como Mannhein (1972) que as utopias são sobretudo as ideias inspiradoras das classes em rebelião e ascensão, uma vez que estas manifestam oposição às ideologias que racionalizam e estratificam o pensamento das classes dominantes.

3.2 Progressão Continuada, teoria válida versus resultado utópico

Diante de todo o assunto da Progressão Continuada da Educação, conhecendo suas leis, seus objetivos, sua finalidade, vimos que teoricamente falando que o caminho é realmente para uma nova educação, trata-se na verdade, de uma estratégia que contribui para a viabilização da universalidade da educação básica, da garantia de acesso das crianças em idade própria na escola, da regularização dos fluxos dos alunos a que se refere a relação idade-série e da melhoria geral do ensino (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1997, p. 283). E é traçando com a progressão continuada um caminho do qual é preciso buscá-lo e ter a coragem de trilhá-lo, enfrentar o velho e defasado mito de que a reprovação em si é boa e a luta deve ser constante para que se tenha uma escola capaz de ensinar e não simplesmente excluir.

Em São Paulo precisamente em 1996 durante as reuniões e discussões da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da educação), algumas de suas propostas já começaram a serem postas em prática, propostas estas que ofereciam condições básicas para a melhoria do ensino tais como Ampliação de jornada escolar de 720 horas para 1000 horas, para 90% dos alunos do diurno, contando também com 800 horas no período noturno contendo ainda o auxílio de duas novas modalidades de recuperação paralela para todos os alunos que tivessem dificuldade na

aprendizagem sendo uma semanal de três horas fora do horário de aula com o objetivo de corrigir deficiências prematuras e a outra no final do ano exatamente no mês de janeiro, com 100 horas de duração para alunos faltosos ou com grandes dificuldades.

E para maior contribuição, com essa mudança, todas as escolas passaram a contar com um ou dois coordenadores pedagógicos, antiga reivindicação do magistério de modo a acompanhar o trabalho dos professores e em função dessas mudanças é que o Conselho Estadual de Educação propôs a adoção para o sistema de ensino paulista público e privado da aprendizagem em Progressão Continuada.

Diante de todo o estudo filosófico e uma clara evidência do termo utopia, percebe-se que não significa somente sair de uma realidade, sonhar com lugares onde só prospere a felicidade, mas sim vem com o objetivo de despertar para a crítica, e a clarividência dos fatos, que estão obscuros perante a sociedade, que muitas vezes fica debaixo dos pés da classe dominante.

E tudo isso implica, sem dúvida nenhuma, na educação precisamente na Progressão Continuada, onde a teoria é clara e com belíssimas intenções para promoção de uma educação forte e eficaz, capaz de garantir ao indivíduo, uma condição estável na sociedade.

Por outro lado, sua prática ainda encontra-se em moldes utópicos, uma vez que não podemos considerar essa utopia como aquela que tem como significado, *lugar nenhum*; mas sim aquela que vem sob a forma de alertar, despertar os cidadãos, para que esses lutem por uma educação melhor, para ter como resultado não só indivíduos bem formados, mas um País digno e bem estruturado no que diz respeito à educação.

Enquanto ficarmos somente lendo, os projetos, as leis direcionadas à educação e formularmos crítica à distância, não termos como exigir uma educação eficaz. A partir do momento em que a teoria caminhar para a prática, pode se dizer que os projetos educacionais estarão começando a caminhar.

A progressão também vem com o objetivo de fecundar as consciências e abri-las para o entendimento de que um novo método é possível, mas ao mesmo tempo enxergamos também um resultado utópico deste método que aparentemente apresenta-se tão forte.

A sociedade agora avalia o resultado desta nova política educacional instituída pela LDB e percebe-se que a progressão sem dúvida nenhuma é na teoria uma excelente saída para resolver de uma só maneira dois problemas diferentes, sendo o primeiro o pedagógico.

Esse novo sistema eleva a autoestima do aluno que não passara mais pela tão assustadora repetência anual é importante ressaltar que a reprova dos quatro anos do ciclo pode assustar bem mais do que apenas um ano letivo, e o segundo problema é estatístico, vendo que o Brasil precisava cumprir as metas propostas pelo governo no plano decenal da educação, onde este deveria reduzir o número de crianças fora da escola e repetentes não deixando de ressaltar que reduzir o número de crianças repetentes significa reduzir os custos para o estado.

Essa nova política mostra como resultado que na maioria das vezes, um grande número de crianças chega a oitava série sem saber ler ou escrever adequadamente, contribuindo ainda mais com o aumento da exclusão social da população que na verdade não conta com nenhum tipo de qualidade de ensino (NEUBAUER, 1998, p.3).

Afirmar simplesmente que a culpa é dos professores coordenadores e diretores é cômodo, pois assim salva-se as boas intenções do governo, contudo é notório na proposta da Progressão Continuada uma ideia renovadora e indubitavelmente melhor elaborada, contudo, trata-se ainda de uma proposta que não deu aos professores a oportunidade de refletir sobre sua prática, sobre como agir a partir daquele momento.

3.3 A educação rumo a um ensino consistente

Alguns educadores e pensadores refletem como seguirá o ensino nas próximas décadas.

Um deles é o professor de áreas de currículo escolar da Universidade de Genebra, Philippe Perrenoud¹, que diz que mesmo daqui a 25 anos os estudantes ainda terão que aprender para saber. Pode ser que dentro deste período se compreenda melhor o processo de aprendizagem e seus obstáculos tanto no registro cognitivo como no emocional ou no relacional.

O sentido envolve a relação entre investimento e resultado. Uma pedagogia mais eficaz desencorajará menos os alunos, desesperados em ver que seus progressos têm pouca relação com tamanhos esforços empenhados. Hoje em dia, a escola mal consegue fazer com que todos compreendam o interesse em saber ler ou escrever, então podemos ainda acrescentar o que dizer de saberes cujas utilidade não é fácil de imaginar, como álgebra, a biologia, a história e a filosofia? E a escola continua desesperada diante dos alunos que não têm interesse em encher "a cabeça de coisas inúteis" e que não percebem o prazer que os saberes poderiam lhe trazer.

¹ Professor nas áreas de currículo escolar, práticas pedagógicas e instituições de formação na Universidade de Genebra.

Hoje estamos diante de um grande problema na educação, muitos são os meios para melhorar, mas ainda falta coragem, disponibilidade por parte de muitos para essa mudança, principalmente da nossa. A Progressão Continuada é um desses meios, mas precisa primeiro ser compreendida e tirada de uma teoria para ser devidamente colocada em prática (PHILIPPE, 2003, p. 12).

A escola daqui a 25 anos, pode ser ainda menos igualitária e eficaz do que hoje, se não fizermos nada para enfrentar e resolver os seus problemas. Uma agilidade e vontade política forte pesará bem mais do que somente essa fé que temos nos progressos sem lutarmos (PERRENOUD, 2003, p. 12).

Partindo da ideia de um outro especialista, ele nos apresenta que a escola do futuro teria que se submeter, a uma renovação no que diz respeito ao conteúdo, método e gestão, e ainda, que uma escola deve ter 3 revoluções. A revolução de conteúdo responderia sem dúvida por profundas mudanças no que se ensina e no que se aprende. A revolução do método reinventaria o como aprender e ensinar e por fim, a revolução da gestão subverteria o uso do espaço, do tempo, das relações entre as pessoas e ainda dos recursos físicos, técnicos e materiais disponíveis. (COSTA, 2003, p. 14).

Costa (2003, p. 14) ressalta, no que diz respeito ao método, essa escola praticaria no seu dia-a-dia, um novo homem, um novo mundo, e uma nova visão de conhecimento. Porque não dizer, uma visão de homem com capacidade de fazer do educando não um simples receptáculo, mas uma fonte de iniciativa, compromisso e liberdade e em termos de conhecimento teríamos uma escola em que todos estariam voltados à aprender o aprender (autodidatismo), ensinar o ensinar (didatismo) e conhecer o conhecer (construção de conhecimento).

E por fim, Werthein (2003, p. 17), esclarece sobre o desafio da educação, e ainda mostra que a educação por si só não realiza mudanças. Espera-se que no Brasil, daqui a 25 anos, já tenha inserido plenamente na economia internacional com perspectiva, especialmente no âmbito das Américas, com sensíveis ampliações do mercado interno e integração de populações marginalizadas no contexto de uma nova economia. Contudo, para construir este quadro, a educação condiciona e se coloca cada vez mais, como estratégia privilegiada do desenvolvimento, na medida que ela proporciona a reforma de mentes e de mentalidades para enfrentar os desafios do nosso tempo.

Somente se o Brasil, ao que se refere ao poder público e civil tiver hoje a coragem de empreender as reformas educacionais que se tornam necessárias, é possível prever para daqui a 25 anos, o acesso generalizado à educação básica e uma elevada proporção da população concluindo a educação superior.

Conhecendo algumas ideias de especialistas da educação, vemos que o problema é muito mais sério do que pensamos, e ainda que a Progressão Continuada não depende de si mesma, para modificar a educação, mas sim de uma série de fatores que ainda se encontra aos nossos olhos como utopias que podem vir a ser um novo mundo, uma nova sociedade e uma nova educação.

Tendo em vista que a diversidade é essencial à felicidade e na utopia ela quase não existe, nota-se que um dos grandes defeitos de todos os sistemas sociais planejados, tanto reais quanto imaginários (RUSSELL, 1977, p. 40) e esse defeito é também claro na Progressão Continuada, quando essa é também vista como automática, causando desta forma um grande número de alunos que hoje são encontrados nas da séries do ensino fundamental sem saber ler e escrever, falta ainda essa diversidade que realmente faça com que a felicidade realmente aconteça na vida da educação, não se resumindo nos defeitos, mas na realização prática da teoria.

Para entender tal problema que por sinal não é pequeno e trata-se da educação de indivíduos que formarão a sociedade futura, resta-nos perguntar, como foi aplicada esta nova política? Esta proposta foi discutida democraticamente ou foi simplesmente planejada em um gabinete e instituída como uma medida autoritária?

Considerações finais

Vemos hoje que, a sociedade brasileira enfrenta grandes e sérios problemas, problemas estes que influenciam na vida do cidadão brasileiro, prejudicando-o a si mesmo e a todo contexto social em que vive.

E um destes problemas, que pode ser também classificado como um dos mais sérios, é o da educação, pois através desta o homem se torna um cidadão, insere-se na sociedade e contribui para a vida de todo o conjunto social, isto é, quando esta tem como principal objetivo formar o homem.

Percebemos hoje, que a discussão sobre a educação, não se reduz a métodos de ensino, ou seja, não basta modificarmos a relação metodológica professor-aluno para assim suprir as novas necessidades da criança, do adolescente, do jovem de hoje na educação.

É preciso mudar as estruturas, a forma de avaliar dentro da escola, a forma de tratar os conteúdos, de planejar trabalho e principalmente a forma como a escola se relaciona com o mundo, com a vida, com a comunidade. Diante de tanta discussão, frente ao problema educacional hoje, encontra-se como forma de solução, a Progressão Continuada, sob a ideia de que uma pessoa não aprende quando alguém quer ensinar, mas sim quando o sujeito quer realmente aprender, portanto, se quisermos realmente que a educação aconteça tendo como um dos métodos a reprovação, esse deve ser descartado e substituído pela forma da Progressão Continuada. Hoje convivemos com visões antagônicas em relação à educação, mas o certo, não é apenas oferecer acesso à escola, mas garantir aos indivíduos apropriações dos bens culturais, para garantir a igualdade social.

Contudo, pela educação, deve-se ter a verdadeira coragem de arriscar e lutar pela busca do diferente, conhecer o passado para inserir no presente uma construção forte, estar atento e planejando algo novo para o futuro, que ainda se encontra como uma utopia.

A educação deve deixar de ser vista como apenas ensino, pois essa envolve todo um conjunto de coisas, assim como toda a sociedade tem a necessidade de um conhecimento metódico e sistematizado a ser passado de geração em geração. Pois a educação acontecerá quando houver, por parte dos grandes, dos médios, e dos pequenos, ou seja, de todos, uma compreensão de que o novo deve ser experimentado e inserido naquilo que se encontra ultrapassado e classificado como uma utopia.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **História da filosofia**. Lisboa: Presença, 1970. v. 5, 320 p.

ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. 5ª ed. Campinas: Papirus, 2000. 93 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 116 p.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Deliberação CEE Nº 09/97**. Disponível em: <http://www.ceesp.sp.gov.br/ceesp/textos/1997/D9in8-97.pdf>. Acessado em: 25 de outubro de 2003.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **INDICAÇÃO CEE Nº 8/97 - Conselho Pleno**
- **Aprovada em 30.7.97.** Disponível em:

http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0822-0830_c.pdf. Acessado em: 25 de outubro de 2003.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Mudar o conteúdo, o método e a gestão**. *Folha de São Paulo*, 29 de jul. de 2003, nº13, p. 14.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1993. 272 p.

ENCICLOPÉDIA BARSA. **Encyclopaedia britânica**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editores Ltda, [s.d.] v. 13, 460 p.

ENCICLOPÉDIA BARSA. São Paulo: Sociedade Veiga e Evaristo, [s.d.].

ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE FILOSOFIA LOGOS. [s.l.: s.n., s.d.].

ENCICLOPÉDIA VERBO DA SOCIEDADE E DO ESTADO. POLIS. Lisboa/São Paulo: Verbo, (s. d.) v. 2, 1644 p.

ENCICLOPÉDIA VERBO DA SOCIEDADE E DO ESTADO. POLIS. Lisboa/São Paulo: Verbo, (s. d.) v. 5, 1402 p.

FILHO, Lourenço. **Introdução ao estudo da escola nova**. 13. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1988. 271 p.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 150 p.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Godotti e Lílian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 79 p.

FULLAT, Octavi. **Filosofias da educação**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1995. 470 p.

GODOTTI, Moacir. **Educação e poder**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991. 143 p.

KANT, Immanuel. *In*: ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE FILOSOFIA LOGOS. [s.l.: s.n., s.d.].

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO: Lei nº 9.394, de dezembro de 1996. Rio de Janeiro: Casa Editorial Pargos, 1997. 57 p.

MANNHEIN, K. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MOYSÉS, Lúcia. **O desafio de saber ensinar**. Campinas: Papirus, 1994. 138 p.

NEUBAUER, Rose. **Circuito gestão: formação continuada gestores de educação**. [s.l.: s.n., 20--?].

NEUBAUER, Rose. **Progressão Continuada: O desafio de fazer conhecer**. [s.l.: s.n., 1998].

NEUBAUER, Rose. **Quem tem medo da progressão continuada? Ou melhor, a quem interessa o sistema de reprovação e exclusão social?** São Paulo: Artigo da SEE, 2001. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/int_a.php?t=001. Acessado em: 20 de maio de 2003.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; CATANI, Afrânio Mendes. **Constituições estaduais e educação**. São Paulo: Cortez, 1983.

PAULO VI, Papa. **Carta Apostólica Octogesima Adveniens**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.pdf. Acessado em: 05 de março de 2023.

PERRENOUD, Philippe. **O futuro da escola nos pertence**. *Folha de São Paulo*, 29 de jul. de 2003, Sinapse, p. 12.

RAMA, Leslie M.J. da Silva. **Legislação do ensino**: Uma introdução ao seu estudo. São Paulo: E.P.U, 1987.

REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. **História da filosofia: do humanismo a Kant**. São Paulo: Paulus, 1990. v. 2. 986 p.

RUSSELL, Bertrand. **História da filosofia ocidental**. 3. ed. São Paulo: Campanhia Nacional, 1977. 336 p.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo: Cortez, 1991. 119 p.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: Concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: C.S. Vasconcellos, 1993. 101 p.

VASCONCELLOS, José de. **Legislação fundamental: ensino de 1º e 2º grau**. São Paulo: Lisa-Livros Irradianes S/A, 1972.

VELOSO, Jacques et al. **Estado e educação**. Campinas: Papirus: Cedes; São Paulo: Ande: Amped, 1992. 309 p.

WERTHEIN, Jorge. **O desafio da educação**. *Folha de São Paulo*, 29 de jul. de 2003. Sinapse, p. 17.